



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



Processo nº: 6.796/05 (a)

Origem: Administração Regional de Brasília – RA I

Assunto: Exame de Regularidade de Próprios

Órgão Técnico: Secretaria de Acompanhamento – SEACOMP

MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Publicação: Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

Ementa: Exame da regularidade da cessão de próprios a particulares para o desenvolvimento de atividades comerciais no Parque Dona Sarah Kubitscheck. Solicitação de informação à então Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação – COMPARQUES (Diligência Saneadora nº 29/04 – 3ª ICE). Cumprimento. Determinação de diligência (Decisão nº 2.623/09-CAM). Atendimento insatisfatório. Audiência dos responsáveis (Decisão nº 3.229/12-CRR). Apresentação de justificativas. Sobrestamento no exame das justificativas apresentadas e determinação de diligência (Decisão nº 2.926/13 – CSPM). Atendimento. Audiência do Sr. Administrador Regional de Brasília – RA I (Decisão nº 1.203/14-CPM). Concessão de prorrogação de prazo e determinação ao gestor (Decisão nº 2.145/14-CPM). Atendimento parcial. PARECERES DIVERGENTES. A Instrução sugere o sobrestamento no exame da justificativa, reiteração das determinações não atendidas e novas determinações. O Ministério Público aquiesce a sugestão do Corpo Técnico, com exceção da proposta de sobrestamento das razões de justificativas. VOTO de acordo com a Instrução.

RELATÓRIO

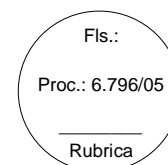
Cuidam os autos do exame da regularidade da cessão de próprios a particulares para o desenvolvimento de atividades comerciais no Parque Dona Sarah Kubitscheck.

2. Por intermédio da Diligência Saneadora nº 29/2004-3ª ICE (Ofício nº 159/2004, fl. 1), foram solicitadas informações à então Secretaria de Administração de Parques e Unidade de Conservação – COMPARQUES – acerca de próprios cedidos para funcionamento de atividades comerciais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



3. Atendida a determinação, o Tribunal proferiu as seguintes deliberações, além das concessões de prazo:

DECISÃO Nº 4.183/06 (CAS) fl. 100

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Informação nº 49/2006, da 3ª ICE; b) dos documentos de fls. 01/72; II-determinar à COMPARQUES, com fulcro no art. 45 da LC nº 01/94-TCDF, a adoção de providências imediatas necessárias ao exato cumprimento da lei, com vistas à regularização das ocupações, por terceiros, dos imóveis próprios situados no Parque Dona Sarah Kubitschek, elencados nos §§ 10 e 11 da Informação nº 49/2006, fl. 80, tendo em vista a ausência de cobertura contratual; III - em caráter excepcional, admitir a continuidade das outorgas de uso dos bens públicos próprios ocupados por terceiros e referenciados no item anterior, porventura vigentes, até que se dê o deslinde desses prazos contratuais ou pelo período suficiente para a regularização destes imóveis, dando conhecimento a esta Corte de todas as medidas adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias; IV - determinar o encaminhamento de cópia da Informação nº 49/2006, fls. 73/82, do relatório e do voto à COMPARQUES para subsidiar o cumprimento da presente decisão; V - determinar o retorno dos autos à 3ª Inspeção de Controle Externo, para as providências de sua alçada. Parcialmente vencidos os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, que seguiu o parecer do Ministério Público junto à Corte, a Conselheira MARLI VINHADELI e o Conselheiro RENATO RAINHA, que votaram pelo acolhimento, "in totum", da instrução.”

DECISÃO Nº 4.115/08 (CAM) fl. 159

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 1.937/06 – ATL/GAB/COMPARQUES (fl. 109) e anexos (fls. 110/117); b) do Ofício nº 384/08 – PRESI/IBRAM (fls. 127 e 134) e anexos (fls. 128/132 e fls. 135/138); c) do documento acostado à fl. 133; II – considerar parcialmente cumprida a diligência contida na parte final do item III da Decisão nº 4.183/06; III - reiterar, fixando prazo de 90 (noventa) dias, a contar do conhecimento desta deliberação, a determinação contida no item II da Decisão nº 4.183/06, para que o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) adote medidas efetivas para a regularização das ocupações, por terceiros, dos imóveis próprios situados no Parque Dona Sarah Kubitschek, elencados nos §§ 10 e 11 da Informação nº 49/06 (fl. 80), dando conhecimento a esta Corte de todas as providências adotadas; IV - **determinar ao Presidente do IBRAM que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe a esta Corte de Contas as seguintes informações: a) o valor das taxas de ocupação dos***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



próprios existentes no Parque Dona Sarah Kubitschek cedidos para funcionamento de atividades com fim comercial, apontando, em cada caso, a regularidade do pagamento, e se as mesmas foram devidamente atualizadas monetariamente; b) quais medidas, caso haja ocupantes de espaço que estejam em débito com as citadas taxas, a Pasta vem adotando para impedir a renúncia de recursos públicos; V - alertar o Presidente do IBRAM de que o não-atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de decisão do Tribunal, enseja a aplicação da sanção estabelecida no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01, de 09.05.94; VI - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para a adoção das providências cabíveis.”

DECISÃO Nº 2.623/09 (CAM) fl. 201

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 100.001.978/2008 - PRESI (fl. 162), do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF - Ibram, bem como dos documentos anexos, considerando atendidas as diligências constantes dos itens III e IV, letras "a" e "b", da Decisão nº 4.115/08; II - **determinar à Administração Regional de Brasília - RA-I que: a) promova a imediata cobrança dos débitos dos permissionários do Parque Dona Sarah Kubitscheck; Pirraça Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda. - ME; Centro Hípico; "Pesque e Pague" e Ponto do Atleta, apurados pelo Ibram, conforme descrito no Ofício nº 100.001.978/2008 - PRESI, de forma a evitar a prescrição dos referidos créditos, informando à Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, os resultados alcançados; b) informe, no mesmo prazo, os resultados dos procedimentos licitatórios destinados à regularização das áreas do Parque Dona Sarah Kubitscheck ocupadas por particulares;** III - autorizar, tendo em vista as competências estabelecidas na Portaria nº 48/08, o retorno dos autos à 1ª ICE, para acompanhamento do deslinde das medidas propostas no item precedente.”

DECISÃO Nº 3.229/12 (CRR) fls. 406/407

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das informações prestadas por intermédio do Ofício nº 357/2011-ASTEC/RA-I e anexos de fls. 359/389; II - considerar insatisfatório o cumprimento das diligências constantes da Decisão nº 2.623/2009, reiteradas na Decisão 1.386/2011; III - **em consequência, determinar a audiência da Sra. Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva, da Sra. Estela Maria Oton de Lima, da Sra. Eliana Klarmann Porto e do Sr. José Messias de Souza para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa pelo não atendimento da determinação constante do item II, "b", da Decisão nº 2.623/2009, reiterado na Decisão nº 1.386/2011, ante a possibilidade de aplicação**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1

Fls.:

Proc.: 6.796/05

Rubrica

da multa prevista no § 1º do artigo 57 da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o inciso VIII do artigo 182 do RI/TCDF; IV - determinar, ainda, ao Administrador Regional de Brasília (RA-I) que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) informe à Corte a respeito da efetividade da inscrição das dívidas dos permissionários Pirraça Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda. e Esporte e Hipismo Ltda-ME (Centro Hípico) na dívida ativa do DF; b) remeta ao Tribunal os comprovantes dos recebimentos dos valores dos débitos parcelados relativos aos permissionários Maria Augusta Irala ME (Ponto do Atleta) e Maci Comida Árabe e Lanches Ltda. ME (Pesque e Pague); c) avalie a conveniência e oportunidade de proceder à cassação da permissão de uso dos bens públicos aos permissionários referidos nas alíneas anteriores, caso permaneçam inadimplentes quanto ao pagamento das taxas de ocupação, débitos inscritos na dívida ativa e valores dos parcelamentos concedidos; V - reiterar à Jurisdicionada a determinação constante do item II, "b", da Decisão nº 2.623/2009; VI - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências pertinentes. Parcialmente vencidos os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, que seguiu o voto do Relator, à exceção do alerta constante do item III, e ANILCÉIA MACHADO, que votou com o Relator, à exceção do adendo constante do parecer do Ministério Público junto à Corte."

DECISÃO Nº 2.926/13 (CSPM) fl. 508

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das razões de justificativas apresentadas pelas Sr^{as}. Estela Maria Oton de Lima (fls. 436/446), Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva (fls. 456/463) e Eliana Klarmann Porto (fls. 464/473) para, no mérito, considerá-las procedentes; **II. sobrestar no exame de mérito das justificativas apresentadas pelo atual Administrador da Região Administrativa de Brasília, Sr. José Messias de Souza, até o atendimento da diligência contida no inciso IV;** III. ter por: a) atendida a diligência contida no inciso IV da Decisão nº 3.229/20121; b) prejudicada a determinação constante do inciso V Decisão nº 3.229/20122; IV. determinar à Administração Regional I - Brasília que, no prazo de 60 (sessenta) dias, tendo presente os princípios que regem a Administração Pública, com destaque para o da legalidade, bem como para as prescrições da Lei nº 4.954, de 29.10.2012: a) adote providências para regularizar a situação dos permissionários inadimplentes de espaços do Parque Dona Sarah Kubistscheck – PDSK; b) remeta à Corte, no mesmo prazo, informações acerca das medidas adotadas visando à regularização da área e à arrecadação dos valores devidos; V. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins."

DECISÃO Nº 1.203/14 (CPM) fl. 563



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do Ofício nº 838/2013-ASJUR/RA I (fl. 514); b) dos documentos acostados às fls. 515/541; II. considerar atendidas as diligências veiculadas nas alíneas “a” e “b” do inciso IV da Decisão nº 2.926/13; III. determinar a audiência do Sr. Administrador Regional de Brasília - RA I para que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça acerca daqueles que ocupam espaço público no PDSK: a) quais são os ocupantes de espaço público que lá estão instalados antes de 20.6.93 (art. 29, parágrafo 2º da Lei nº 4.954/12), trazendo aos autos termos de permissão de uso, autorização ou concessão, e informando se foram submetidos a procedimentos de licitação pública, bem assim se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias; b) quais são os ocupantes desses espaços que ali estão a partir de 20.6.93 e até 29.10.12 (data de publicação da Lei nº 4.954/12), consoante art. 29, caput da Lei nº 4.954/12 (comprovando-se o cumprimento dos incisos I a III), trazendo aos autos termos de permissão de uso, autorização ou concessão, e informando se foram submetidos a procedimentos de licitação pública, bem assim se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias; c) se há ocupantes que não se encontram na situação do art. 29, caput e parágrafo 2º, trazendo aos autos termos de permissão de uso, autorização ou concessão, e informando se foram submetidos a procedimentos de licitação pública (Constituição Federal de 1988), bem assim se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias; IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para a adoção das medidas cabíveis. Vencida a Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que votou pelo acolhimento da instrução.”

4. Após a prorrogação de prazo concedida pela Decisão nº 2.145/14 (fl. 610), foram acostados aos autos os documentos de fls. 612/632.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

5. A Instrução analisou a documentação acostada e teceu as seguintes considerações:

“II – Do objeto da presente Informação

5. Trata a presente informação da análise do cumprimento da Decisão nº 1203/2014 e, ainda, do item III da Decisão nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



2145/2014, intentado pela Administração mediante o Ofício nº 609/2014 – GAB/RA-I, datado de 24 de junho de 2014 (fls. 612) e documentos que o acompanham (fls. 613/623) e aqueles que constituem o anexo IV a este processo. Primeiramente será comentado o julgamento do Processo nº 20120020257714, que versou sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Distrital nº 4.954, de 29 de outubro de 2012, versando sobre permissão de uso de espaço público, entre outras questões.

III – Do julgamento do Processo nº 2012.00.2.025771-4

6. Ao apreciar Ação Direta de Inconstitucionalidade, tratada no Processo nº 2012.00.2.025771-4, que questionou dispositivos da Lei Distrital nº 4.954, de 29 de outubro de 2012, versando sobre permissão de uso de espaço público, entre outras questões, o TJDF, assim se manifestou (fls. 624/625):

“1) A permissão de uso do bem público, diferentemente da permissão de serviço público, regida pela Lei 8987/95, que regulamentou o art. 175 da Constituição Federal, é conceituada classicamente como ato administrativo discricionário e precário, não exigindo em regra a licitação pública.

2) Com a evolução das relações jurídicas, muitas figuras do direito administrativo sofreram mutações, sendo que, com relação à permissão, a Administração passou a relativizar a discricionariedade e a precariedade do ato, em busca de uma segurança jurídica e em contrapartida a investimentos realizados pelo particular. A doutrina, então, passou a vislumbrar a figura da permissão qualificada, assim denominada por se aproximar de concessão, que, conforme art. 175 da Constituição Federal e a Lei 8987/95, depende de licitação pública.

3) É inconstitucional dispositivo legal que possibilita a transferência da permissão a parentes, em caso de morte ou de invalidez do permissionário, não propriamente por dispensar a licitação pública, mas por criar uma situação de privilégio, em detrimento do princípio da impessoalidade e do caráter personalíssimo do instituto.

4) É possível à Administração Pública conceder permissão de uso não qualificada àqueles que já exercem atividade econômica em espaço público, de acordo com a sua conveniência e seguindo critérios objetivos. No entanto, assegurar automaticamente a permanência de atuais ocupantes como um direito adquirido, independentemente de apreciação por parte da Administração Pública, fere os princípios da impessoalidade e do interesse público.

5) Pedido julgado em parte procedente. Declaração de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



inconstitucionalidade do artigo 26 e do parágrafo 2º do art. 29 da Lei Distrital 4.954/2012”

7. Transcrevam-se, portanto, os dispositivos considerados inconstitucionais:

Lei nº 4.954, de 29 de outubro de 2012

(...)

Art. 26. É permitida, observado o art. 29, a transferência da permissão a parente, quando o titular falecer ou tornar-se portador de invalidez permanente.

Art. 29 (...)

§ 2º Fica assegurada a permanência dos ocupantes dos espaços públicos do Distrito Federal instalados antes de 20 de junho de 1993 e que, nessa qualidade, estejam exercendo suas atividades na data da publicação desta Lei, excepcionando os limites definidos no inciso II deste artigo”.

8. Depreende-se do julgado e do texto legal inconstitucional que a regra para a permissão de uso qualificada é a licitação, estabelecendo-se os limites para a discricionariedade administrativa nas situações objetivadas descritas no Acórdão retro transcrito.

9. Em consequência disto, igualam-se as condições dos permissionários que ocuparam o espaço público em data anterior a 20 de junho de 1993 à daqueles que vieram a ocupar em data posterior. Ou seja, considerado inconstitucional o § 2 do artigo 29 da Lei nº 4954/12 não se assegura a permanência de nenhum permissionário pela antiguidade, critério que a lei pretendia resguardar.

10. Por este entendimento as informações solicitadas pelo TCDF mediante o item III, letras “a”, “b” e “c” perdem o objeto para fins do benefício esperado pelo dispositivo considerado inconstitucional. Resta esclarecer a respeito das outras informações solicitadas pela Corte, em referência à existência de termo de permissão de uso, autorização e concessão, realização de licitação pública, bem como se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias.

IV – Cumprimento da Decisão nº 1203/2014 – item III

11. Assim, passaremos a analisar os documentos encaminhados pela Administração, que constam de fls. 582 a 605 e do Anexo IV, onde se relacionam os permissionários e respectivos Termos de Permissão de Uso Não-Qualificado, entre outras informações, para então comentarmos sobre a legalidade das ocupações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



Aponte-se que não foram encaminhadas as licenças pedidas neste item de Decisão, apenas se informou sobre as licenças de funcionamento e nada foi dito sobre as sanitárias. A Administração também não informou sobre a realização de licitação para ocupação dos espaços no Parque da Cidade.

IV. 1 – Edvaldo Pereira da Silva (Bar Barulho)

12. A documentação relativa a esta ocupação consta de fls. 02/22 do Anexo IV. Trata-se de ocupação de área pública medindo 134,37 m² e, segundo o Termo de Permissão de Uso nº 08/96, celebrado entre o Distrito Federal e o senhor mencionado, tem por objeto a permissão de uso da lanchonete nº 02, próxima à estação 16. Listagem emitida pela Coordenadoria das Cidades (fls. 577) diz que o mesmo não apresentou novo termo de permissão, não tirou licença de funcionamento e encontra-se adimplente.

13. De acordo com o Termo de Permissão de fls. 02/05 do Anexo IV, a vigência do ajuste compreende o período de 13 de julho de 1996 a 01 de julho de 2001. Acertou-se o valor de R\$ 537,94 mensais para a ocupação. Posteriormente, aditou-se para fazer vigor até 12 de julho de 2005, permanecendo-se inalteradas as demais cláusulas do Contrato original (fls. 06 do Anexo IV).

14. Às fls. 20/21 do Anexo IV consta relatório elaborado pela Administração Regional de Brasília sobre esta ocupação onde se concluiu que:

“Após o detalhamento feito, manifestamo-nos quanto aos procedimentos administrativos a serem adotados:

a) Promover nova seleção de permissionários de serviços do Parque da Cidade para a Lanchonete nº 02, por intermédio de adequado processo licitatório, nos termos da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a inexistência de contrato entre o ocupante e a Administração Pública;

b) Em face da mera liberalidade da Administração Pública, ou seja, sem instrumento contratual válido, é que o antigo permissionário ocupa a área objeto do contrato contestado. Deve-se identificar o Preço Público do m² da ocupação à época, verificar o quantitativo dos meses da ocupação e efetuar a cobrança com os valores atualizados, de acordo com as normas estabelecidas para o tipo de ocupação, até a presente data, compensando-se os valores já recolhidos pelo permissionário.”

IV.2 – Maria de Fátima Bandeira Bezerra (Gibão do Parque)

15. Ocupa a área situada no Estacionamento 7 do PDSK para o exercício de atividades comerciais de alimentação. A área ocupada é de 317, 21 m² de acordo com o Termo de Permissão de Uso Não-Qualificado nº 001/2013 (fls. 578/581), assinado em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



07 de novembro de 2013. O término da vigência deste termo está condicionado ao interesse da Administração Pública.

16. De acordo com listagem de fls. 577, encaminhada pela Coordenadoria das Cidades, esta Permissionária ocupa a área em questão há 30 anos. Este mesmo documento afirma que a Sra. Maria de Fátima Bandeira Bezerra está em condição adimplente.

IV.3 – Almir Antônio Lustosa Vieira (Centro Hípico)

17. Termo de Permissão de Uso Não-Qualificado nº 003/2013 (fls. 594/597). A área situada no Estacionamento 04 é destinada a exploração do produto Bar, Restaurante e Centro Hípico. Assinado em 07 de novembro de 2013 tem seu término de vigência condicionado ao interesse da Administração Pública.

18. De acordo com a listagem de fls. 577, este Permissionário se encontra adimplente com os valores devidos ao Distrito Federal em razão da ocupação em tela.

IV.4 – Maria Augusta Carneiro Irala (Ponto do Atleta)

19. O Termo de Permissão de Uso Não-Qualificado nº 86/2013 (fls. 598/601), sem data de assinatura, regula a permissão do uso da área situada no Parque da Cidade, Brasília/DF, loja 01, destinada a exploração do Produto Lanchonete/Casa de Sucos, com área de ocupação total de 334,37 m². O documento de fls. 577 aponta que a Permissionária encontra-se adimplente, porém sem a necessária licença de funcionamento.

IV.5 – Dermival Almeida Fialho (Alpinus Restaurante Ltda.)

20. O Termo de Permissão de Uso Não-Qualificado de nº 002/2013 (fls. 602/605), assinado em 07 de novembro de 2013 é que regulamenta, atualmente, a ocupação da área pública situada no Parque da Cidade, com área total de 12.801,77 m² e área edificada de 678 m² para exploração do Produto Restaurante. O documento fornecido pela Coordenadoria das Cidades aponta a situação de adimplente e informa que a licença de funcionamento está sendo providenciada.

IV.6 – José Gonçalves dos Santos (Pirraça)

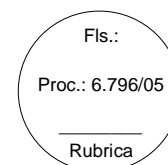
21. Esta Permissão é regulada pelo Termo de Permissão Não-Qualificado nº 68/2013 (fls. 582/585) e se refere a área situada no Estacionamento 9 (Praça das Fontes) para a exploração de atividade de Bar-Restaurante-Lanchonete, em área de 435m². Segundo o documento de fls. 577, este permissionário se encontra inadimplente desde setembro de 2013 a abril de 2014. A empresa foi notificada via AR. Não constam informações sobre a regularização dos débitos.

IV.7 – Marco Antônio Fernandes Ferreira (Carrera Comércio e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



Locações Ltda.)

22. *Parte dos documentos encaminhados referentes à ocupação do espaço público pela Carrera Comércio e Locações Ltda. são vistos às fls. 93/103 do Anexo IV. Constam cópias do Contrato de Concessão de Uso nº 1001/87 – SERJU/PRES, firmado entre Carrera e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, assinado em 08 de julho de 1987, para vigor por 48 meses. Consta, ainda, Termo de Autorização de Uso nº 151/98, sem data de assinatura, com vigência fixada até homologação de nova licitação para ocupação da área, nos termos da Decisão nº 706/94 – TCDF. Todavia, a listagem de fls. 577 menciona o Termo de Permissão nº 004/2013 (fls. 586/589) e, ainda, aponta a situação de adimplência.*

IV.8 – Marcelo Marcio Gomes de Sousa (Parque de Diversões Nicolândia)

23. *A documentação relativa a esta ocupação é vista às fls. 105/148 do Anexo IV. Os negócios firmados, inicialmente, entre Antônio Hilário de Souza e a Novacap foram regulados pelo Contrato de Locação SERJU/PRES nº 611/82 (fls. 107/112 do Anexo IV). Trata-se de área explorada como parque de diversões. De acordo com o Termo Aditivo nº 002/2004 (fls. 144/145 do Anexo IV) que cuida da autorização de uso de área pública, medindo 17.274 m² cujo preço foi fixado em R\$ 4.491,24, pagos mensalmente. Ainda, de acordo com o Termo de Autorização de Uso nº 126/2000 (fls. 146/148 do Anexo IV) o término da vigência da autorização é fixado em 23/06/2005. Posteriormente, foi celebrado o Termo de Permissão de Uso nº 005/2013 entre o Distrito Federal e Marcelo Marcio Gomes de Sousa (fls. 590/593). Esta situação pode ter sido amparada pelo tipo descrito no artigo 26 da Lei nº 4954/2012, considerado inconstitucional pelo TJDF. Este permissionário encontra-se adimplente.*

IV.9 – Maci Comida Árabe (Pesque Parque)

24. *Com esta empresa foi lavrado o Termo de Permissão de Uso nº 006/2006 (fls. 402/406 do anexo IV) em decorrência da Concorrência Pública nº 05/2006, levada a efeito pela COMPARQUES. Posteriormente, em 28 de outubro de 2012 foi solicitada a formalização de Permissão de Uso Não-Qualificada, nos termos da Lei nº 4954/12 (fls. 395 do Anexo IV) e em decorrência de alterações na sociedade comercial, protocolou-se o pedido tratado às fls. 407/412 do Anexo IV, referente à mudança de titularidade da Permissão.*

25. *Às fls. 577 destes autos, informa-se sobre a situação da permissão outorgada a Maci Comida Árabe como inadimplente e inscrito em dívida ativa. Também se diz que não apresentou licença de funcionameto.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



IV.10 – Café Creme (Lanchonetes)

.26. A Administração encaminhou os documentos juntados às fls. 65/79 do Anexo IV onde se verifica tratar de negócio firmado entre Café Creme Ltda. e a Novacap para a exploração das áreas destinadas a lanchonetes no Parque da Cidade, lanchonetes nºs 01 a 08, segundo o extrato de Termo de Ocupação de Área, fls. 74 do Anexo IV.

27. A Café Creme não consta da listagem de fls. 577, embora seja mencionada às fls. 613. Não é possível saber se a Administração ainda mantém vínculo com este permissionário, vez que é vedada a permissão de uso de mais de um espaço público, consoante disciplina a Lei nº 4.954/2012 em seu artigo 29, inciso II.

V – Cumprimento do item III da Decisão nº 2145/2014

“III – determinar ao Sr. Administrador Regional de Brasília – RA – I que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça ao Tribunal os fatos constantes do Ofício nº 58/2014 – CF e anexos (fls. 565/571)”

28. Em atendimento a esta determinação a Administração Regional de Brasília encaminhou o Ofício nº 705/2014 – GAB/RA I (fls. 626), acompanhado dos documentos de fls. 627/631.

29. Relembrando, os fatos constantes do Ofício nº 58/2014 – CF (fls. 565) versam sobre matéria veiculada na imprensa, divulgando o fornecimento de licenças a 13 permissionários que negociam lanches, bebidas, frutas e guloseimas, além de atender ao público com serviços de massoterapia e brinquedos.

30. Os documentos encaminhados tratam de listagem publicada no DODF de 31 de dezembro de 2013 com o nomes de permissionários que receberam Termos de Permissão de Uso Não – Qualificada, de acordo com a Lei nº 4.954/2012. Não se pode identificar a localização e o tipo de espaço, bem como o negócio explorado.

VI – Do mérito e das providências

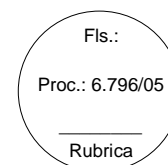
31. Tratam-se, na maioria, de ocupações antigas de espaços públicos e, portanto, vêm sofrendo sob as ações de vários governos e políticas públicas e capacidades gerenciais diversas, gerando, assim, situações específicas e que carecem de soluções bem elaboradas à luz da legislação aplicável. Portanto, cada caso deve ser analisado considerando suas particularidades em relação à legalidade da ocupação, sendo que nos limitaremos a comentar sobre aqueles que demandem providências por parte da Administração.

32. A apreciação pelo poder judiciário da ADIN tratada nos autos do Processo nº 2102.00.2.025771-4 (fls. 624/625), ao mesmo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



tempo em que afastou a possibilidade de aplicação dos artigos 26 e 29, § 2º, também esclareceu sobre a possibilidade de que a administração celebre esta espécie de permissão de uso não-qualificada dispensando-se o procedimento licitatório. Em relação aos quiosques, tendas de massagens e outros pequenos espaços, acreditamos se tratar de autorizações de uso, considerando a precariedade do vínculo com a Administração. Todavia, não podemos concluir sobre o assunto em razão da ausência das informações requeridas pelo item III da Decisão nº 2145/2014, sendo que este item deverá ser reiterado.

33. Vejamos, pois, as situações dos permissionários e as sugestões recomendadas.

VI.1 - Edvaldo Pereira da Silva (Bar Barulho)

34. Consoante o relatado nos parágrafos 12 a 14 não há termo que ampare a ocupação do espaço público e o atual ocupante está inadimplente dos valores devidos à Administração Pública por mais de 3 meses. Cabe, portanto, determinar a adoção das medidas administrativas e ou judiciais com vistas à recomposição do erário e, ainda, a imediata retomada do espaço ocupado por Edvaldo Pereira da Silva.

35. Nos termos do artigo 11, inciso VI, da Lei nº 4.954/2012 é obrigação do permissionário pagar pontualmente o preço público e os demais encargos relativos à ocupação do espaço público.

36. Ainda, as infrações e sanções são descritas no artigo 12 da referida Lei e, aplica-se a penalidade de cassação do termo de permissão no caso de inadimplência por período superior a três meses, conforme a prescrição presente no artigo 18 da Lei comentada. Reza ainda, o artigo 19 da Lei nº 4.954/2012 que “Cassado o termo de permissão de uso, o permissionário deve desocupar de imediato o espaço público.”

37. Deve, portanto, o TCDF determinar à Administração de Brasília a adoção das medidas com vistas à reintegração da posse do espaço público e a cobrança administrativa e ou/judicial dos valores devidos por Edvaldo Pereira da Silva, fixando-se o prazo de 30 dias para cumprimento.

VI.2– Maria Augusta Carneiro Irala (Ponto do Atleta)

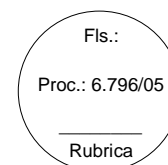
38. A ocupação da área destinada à exploração do Produto Lanchonete/Casa de Suco, medindo 334,37 m² é regulada pelo Termo de Permissão de Uso Não-Qualificado nº 86/2013. Deverá ser informado sobre os licenciamentos necessários se existentes ou não e, no caso da ausência de licenças necessárias ao funcionamento, a Administração deverá adotar as medidas que a lei determina, informando ao TCDF no prazo de 30 dias.

VI.3 – José Gonçalves dos Santos (Pirraça)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



39. O Termo de Permissão Não-Qualificado nº 68/2013 se refere à área situada no Estacionamento 9 (Praça das Fontes) para a exploração de atividade de Bar-Restaurante-Lanchonete, em área de 435m². Segundo o documento de fls. 577, este permissionário se encontra inadimplente desde setembro de 2013 a abril de 2014. A empresa foi notificada via AR. Cabe determinar à Administração de Brasília que adote as mesmas medidas descritas no parágrafo 37 desta Informação.

VI.4 – Marcelo Márcio Gomes de Sousa (Parque de Diversões Nicolândia)

40. O Termo de Permissão de Uso nº 005/2013 apresenta indícios de que pode ter sido amparado pelo tipo descrito no artigo 26 da Lei nº 4954/2012, considerado inconstitucional pelo TJDF. Assim, deverá a Administração informar sobre os critérios objetivos e a conveniência da Permissão.

VI.5 – Maci Comida Árabe (Pesque Parque)

41. Este espaço foi explorado inicialmente como lanchonete e pesque pague nas dependências do Parque da Cidade. Por estar inadimplente e inscrito em dívida ativa e, ainda, não apresentar termo de permissão de uso, a Administração, neste caso, deverá adotar as mesmas medidas sugeridas no item VI.1.

VI.6 - Café Creme.

42. As informações constantes dos autos não permitem a formação de opinião. Cabe, pois, determinar à Administração de Brasília que informe a este Tribunal acerca da situação das permissões à Café Creme Ltda., indicando se ainda existentes qual a área ocupada pelo permissionário e se há mais de uma e, desde já, adotando as providências necessárias para cumprimento do que dispõe o artigo 29, inciso II da Lei nº 4.954/2012 e outras mais que identificar, para o estrito cumprimento da lei.

VII – Análise das razões de justificativa do Sr. José Messias de Souza

43. O Ofício nº 1263/2012, fls. 420/425, encaminhou as razões de justificativa do Sr. mencionado, em face do Decidido no itens III da Decisão nº 3220/2012, a saber:

“III - em consequência, determinar a audiência da Sra. Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva, da Sra. Estela Maria Oton de Lima, da Sra. Eliana Klarmann Porto e do Sr. José Messias de Souza para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa pelo não atendimento da determinação constante do item II, "b", da Decisão nº 2.623/2009, reiterado na Decisão nº 1.386/2011, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no § 1º do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



artigo 57 da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o inciso VIII do artigo 182 do RI/TCDF”

44. Estas razões forma examinadas no bojo da Informação nº 172/2012 que as considerou improcedentes e sugeriu a aplicação da penalidade prevista no artigo 57, § 1º da LC nº 01/94, ao senhor indicado no parágrafo 44 da referida Informação.

45. Ao apreciar o mérito, o Tribunal, acompanhando o Voto do Relator, prolatou a Decisão nº 2926/2013 (fls. 508) e decidiu pelo sobrestamento do exame de mérito das justificativas apresentadas pelo então administrador de Brasília, Sr. José Messias de Souza, até o atendimento da diligência contida no inciso IV. Este mencionado inciso IV da Decisão nº 2926/2013 determinou à Administração de Brasília, as seguintes providências:

“IV. determinar à Administração Regional I - Brasília que, no prazo de 60 (sessenta) dias, tendo presente os princípios que regem a Administração Pública, com destaque para o da legalidade, bem como para as prescrições da Lei nº 4.954, de 29.10.2012: a) adote providências para regularizar a situação dos permissionários inadimplentes de espaços do Parque Dona Sarah Kubistscheck – PDSK; b) remeta à Corte, no mesmo prazo, informações acerca das medidas adotadas visando à regularização da área e à arrecadação dos valores devidos”

46. Posteriormente, a Informação nº 225/2013, ao analisar o cumprimento da diligência determinadas ao Sr. José Messias de Souza, entendeu que o Administrador cumpriu até onde foi possível, as determinações encaminhando a esta Corte a documentação comprobatória (fls. 546). Todavia, recomendou, ainda, o sobrestamento do exame de mérito das justificativas até a publicação do acórdão exarado no âmbito da ADI nº 2012.002025771.

47. Julgada a ADI em questão, foram considerados inconstitucionais os dispositivos da Lei nº 4954/2012 já comentados nesta Informação. De fato, o Administrador empreendeu os esforços necessários para atender ao TCDF em observação aos dispositivos legais e meios ao seu alcance. Concordamos com o afirmado na Informação nº 225/2013 e propomos que, considerando as ações levadas a efeito pela Administração e, ainda, a necessidade de realização de novas diligências junto à Administração de Brasília, em razão do julgamento da ADI referida, que seja mantido o sobrestamento da análise das justificativas do Sr. José Messias de Souza, até o cumprimento das diligências propostas nesta Informação.

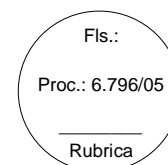
VIII – Cumprimento do item III da Decisão nº 2145/2014

48. A resposta enviada a este Tribunal pelo Ofício nº 705/2014 –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



GAB/RA I, no qual se verifica a listagem dos permissionários ocupantes de espaços públicos no Distrito Federal sem que se discrimine a localidade. Desta maneira, não podemos considerar esclarecido o questionamento do parquet pela Administração, vez que se refere a quiosques de vendas de alimentos, como coco e caldo de cana, trailer e tendas de massagens, situados no Parque da Cidade. Tampouco pode se saber sobre os licenciamentos necessários. Pode o TCDF reiterar o constante do Item III da Decisão nº 2145/2014, especificamente no caso de quiosques, trailers, tendas de massagem e similares, fixando-se o prazo de 30 dias para atendimento, sob pena, no caso de não atendimento, de aplicação das sanções de que trata o artigo 57, item IV da LOTCDF.

XIX – Conclusões e sugestões ao Plenário

49. É notório que, consoante o artigo 2º da Lei nº 8.666/93, as alienações, concessões e permissões da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão precedidas de licitação. No âmbito do Distrito Federal editou-se a Lei nº 4.954/2012 que estabelece critérios para a exploração de atividade econômica por terceiros em espaços públicos entre outras providências.

50. Para a regulamentação do preço público o GDF emite ordens de serviço atualizando estes preços para ocupação comercial em cada região administrativa. No caso, atualmente aplicam-se os valores estipulados na Ordem de Serviço nº 10 de 17 de janeiro de 2014, fls. 632.

51. Em relação à já mencionada Lei nº 4,954/2012, este diploma legal teve a sua constitucionalidade questionada pelo Poder Judiciário, que entendeu serem inconstitucionais os dispositivos constantes do seu artigo 26 e do § 2º do artigo 29. São aplicáveis, portanto, os demais dispositivos da referida Lei. Entendeu, ainda, o TJDF que “É possível à Administração Pública conceder permissão de uso não qualificada àqueles que já exercem atividade econômica em espaço público, de acordo com a sua conveniência e seguindo critérios objetivos. No entanto, assegurar automaticamente a permanência de atuais ocupantes como um direito adquirido, independentemente de apreciação por parte da Administração Pública, fere os princípios da impessoalidade e do interesse público.” (fls. 625). Portanto, prevalece a regra da licitação pública, sendo admitida, nos casos descritos, a exceção desde que amparada em critérios objetivos e que não ofendam os princípios da impessoalidade e do interesse público.

52. Os esclarecimentos prestados pelo Administrador Regional, por força do item III da Decisão nº 1203/2014, podem ser considerados parcialmente cumpridos, vez que deixou de informar sobre as licenças sanitárias necessárias para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais tratados nestes autos. Esta determinação deve ser reiterada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



53. Os casos concretos descritos nesta informação demandam providências diversas, a serem determinadas à Administração Regional de Brasília - RA I, à luz da legislação e jurisprudência aplicável, para cumprimento no prazo de 30 dias, assim sintetizadas:

Permissionário	Providências
Edvaldo Pereira da Silva (Bar Barulho)	adotar medidas administrativas e ou judiciais com vistas à recomposição do erário e, ainda, a imediata retomada e desocupação do espaço
Maria de Fátima Bandeira Bezerra (lanchonete no estacionamento 7)	informar ao TCDF sobre o licenciamento sanitário e demais necessários ao funcionamento.
Almir Antônio Lustosa Vieira (Centro Hípico).	informar ao TCDF sobre o licenciamento sanitário e demais necessários ao funcionamento.
Maria Augusta Carneiro Irala (Ponto do Atleta)	informar ao TCDF sobre o licenciamento sanitário e demais necessários ao funcionamento.
Dermival Almeida Fialho (Alpinus Restaurante Ltda.)	informar sobre o licenciamento sanitário e demais necessários ao funcionamento.
José Gonçalves dos Santos (Pirraça)	adotar medidas administrativas e ou judiciais com vistas à recomposição do erário e, ainda, a imediata retomada e desocupação do espaço
Marco Antônio Fernandes Ferreira (Carreira – Kart)	informar sobre o licenciamento sanitário e demais necessários ao funcionamento.
Marcelo Márcio Gomes de Sousa (Nicolândia)	informar sobre os critérios objetivos e a conveniência da Permissão e, ainda, sobre licenças sanitárias e demais necessárias para o funcionamento
Maci Comida Árabe (Pesque Parque)	adotar medidas administrativas e ou judiciais com vistas à recomposição do erário e, ainda, a imediata retomada e desocupação do espaço

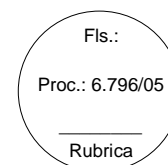
54. Em relação às justificativas apresentadas pelo Sr. José Messias de Souza, pode o TCDF manter o sobrestamento da análise do mérito até o cumprimento das determinações ora propostas.

55. Pode também o TCDF reiterar a determinação contida no item III da Decisão nº 2145/2014, especificamente, no caso de quiosques, trailers e tendas de massagem e similares.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



6. Concluindo, o Corpo Técnico sugere ao Tribunal:

I - conhecer:

do Ofício nº 609/2014 – GAB/RA-I (fls. 612), documentos que o acompanham (fls. 613/623) e os que constituem o anexo IV a este processo;

do Ofício nº 705/2014 – GAB/RA I (fls. 626) e documentos que o acompanham (fls. 627/631);

II - considerar:

a) cumpridas parcialmente as determinações contidas no item III da Decisão nº 1203/2014;

b) não cumprida a determinação constante do item III da Decisão nº 2145/2014;

III - reiterar à Administração Regional de Brasília – RA I o constante do item III da Decisão nº 2145/2014, especificamente para os quiosques, trailers, tendas de massagem e similares, fixando-se o prazo de 30 dias para cumprimento, sob pena, no caso de não atendimento, de aplicação das sanções de que trata o artigo 57, § 1º da LOTCDF;

IV - determinar à Administração de Brasília – RA I adotar as medidas com vistas à regularização dos espaços públicos distritais elencadas na Tabela constante do parágrafo 53 desta Informação, fixando-se o prazo de 30 dias para cumprimento;

V - sobrestar o exame do mérito das razões de justificativa do Administrador Regional de Brasília até o cumprimento das determinações constantes dos itens II e III;

VI - autorizar:

a) o envio de cópia desta informação e do Voto do Relator que vier a ser proferido com a finalidade de subsidiar o cumprimento das determinações pela RA I;

b) o retorno dos autos à SEACOMP para continuidade das ações sob sua responsabilidade.”

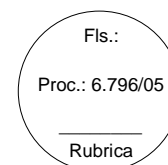
MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7. O Ministério Público, por meio do Parecer nº 1101/14 (fls. 651/656), da lavra da Procuradora. CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, endossa as conclusões da Instrução, com exceção do inciso V (sobrestamento das razões de justificativas). Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



“24. Nesse aspecto, à luz do julgado, as outorgas concedidas a permissionários, sob a égide dos dispositivos considerados inconstitucionais, devem ser revistas imediatamente pelo Poder Público, de forma a afastar a ofensa aos princípios da impessoalidade e do interesse público.

25. Também não há mais a tempo perder em relação aos casos em que já foram identificadas situações de permissões vencidas, com inadimplências e sem as licenças de funcionamento e sanitárias. Essas situações reclamam providências administrativas e ou judiciais urgentes com vistas à reparação ao erário e à retomada e desocupação dos espaços ocupados irregularmente.

26. Nas demais situações, há a necessidade de elementos complementares para o desfecho da situação dos ocupantes, como aquelas em que a mídia noticiou a entrega de permissões a comerciantes (objeto do Ofício nº 58/2014-CF, item III da Decisão nº 2145/2014), já que a informação encaminhada pela Administração não contempla a localização, o tipo de espaço ocupado e o negócio explorado, o que requer reiteração da determinação do TCDF.

27. De igual modo, como não foram fornecidas informações sobre os licenciamentos necessários ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais antigos (item III da Decisão nº 1203/2013), deve a diligência ser reiterada à Administração Regional de Brasília, com alerta para a possibilidade de aplicação de multa.

28. E no que se refere ao exame do mérito das justificativas do Administrador Regional de Brasília, entendo desnecessária a continuidade do sobrestamento, tendo em vista que, independentemente do julgamento da ADI em face da Lei nº 4954/12, o referido gestor já poderia ter adotado providências em relação aos permissionários inadimplentes e aos que se encontravam sem as licenças devidas. Portanto, desde então, já poderiam ser consideradas improcedentes as considerações.

29. Diante do exposto, apesar de lamentar a necessidade de informações complementares para algumas situações, mediante diligência, já é possível, por outro lado, determinar à Administração Regional de Brasília que encaminhe ao TCDF, no prazo de 30 dias, as providências adotadas em relação aos permissionários inadimplentes e aos demais irregulares sem as licenças pertinentes aos comerciantes do PDSK.

Diante do exposto, esta representante do Parquet especializado, à exceção do item V (sobrestamento das razões de justificativas), acolhe as sugestões do Corpo Técnico.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



VOTO

8. Conforme ressalta a Instrução, o exame do mérito destes autos carece de maiores informações. Aliás, o próprio Ministério Público reconhece a necessidade de maiores esclarecimentos. Nessas circunstâncias, parece-me mais prudente o sobrestamento sugerido pela Instrução.

Assim sendo, de acordo em parte com o douto **Parquet e in totum** com a Instrução, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. conheça:

a) do Ofício nº 609/2014 – GAB/RA-I (fl. 612), documentos que o acompanham (fls. 613/623) e os que constituem o anexo IV a este processo;

b) do Ofício nº 705/2014 – GAB/RA I (fl. 626) e documentos que o acompanham (fls. 627/631);

II. considere:

a) parcialmente cumpridas as determinações contidas no inciso III da Decisão nº 1.203/14¹;

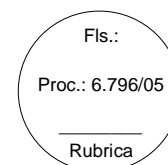
b) não cumprida a determinação constante do inciso III

¹ DECISÃO Nº 1.203/14-CPM: “[...] III. determinar a audiência do Sr. Administrador Regional de Brasília - RA I para que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça acerca daqueles que ocupam espaço público no PDSK: a) quais são os ocupantes de espaço público que lá estão instalados antes de 20.6.93 (art. 29, parágrafo 2º da Lei nº 4.954/12), trazendo aos autos termos de permissão de uso, autorização ou concessão, e informando se foram submetidos a procedimentos de licitação pública, bem assim se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias; b) quais são os ocupantes desses espaços que ali estão a partir de 20.6.93 e até 29.10.12 (data de publicação da Lei nº 4.954/12), consoante art. 29, **caput** da Lei nº 4.954/12 (comprovando-se o cumprimento dos incisos I a III), trazendo aos autos termos de permissão de uso, autorização ou concessão, e informando se foram submetidos a procedimentos de licitação pública, bem assim se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias; c) se há ocupantes que não se encontram na situação do art. 29, **caput** e parágrafo 2º, trazendo aos autos termos de permissão de uso, autorização ou concessão, e informando se foram submetidos a procedimentos de licitação pública (Constituição Federal de 1988), bem assim se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias; [...]”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A1



da Decisão nº 2145/14²;

III. determine à Administração Regional de Brasília – RA I que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê fiel cumprimento ao inciso III da Decisão nº 2.145/14, especificamente para os quiosques, trailers, tendas de massagem e similares, com alerta ao responsável de que o descumprimento de deliberação da Corte poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, § 1º da Lei Complementar nº 1/94,

IV. determine à Administração de Brasília – RA I que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas necessárias com vistas à regularização dos espaços públicos distritais elencados na Tabela constante do parágrafo 53 da Instrução;

V. sobresteja no exame do mérito das razões de justificativa do Sr. Administrador Regional de Brasília até o cumprimento das determinações constantes dos incisos II e III acima;

VI. autorize:

a) o envio de cópia da Instrução, deste Relatório/Voto e da r. decisão que vier a ser proferida à Administração de Brasília – RA I para subsidiar o cumprimento das determinações;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para continuidade das ações sob sua responsabilidade.

Sala das Sessões, 3 de março de 2015.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro - Relator

² DECISÃO Nº 2.145/14-CPM: “[...]III – determinar ao Sr. Administrador Regional de Brasília – RA I que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça ao Tribunal os fatos constantes do Ofício nº 58/2014-CF e anexos (fls. 565/571); [...]”